

ESPECIAL

**O alcance da legislação ambiental e territorial
Mudanças climáticas e agricultura**

INTRODUÇÃO

Em um país de grande extensão territorial como o Brasil, a impressão geral é de que há terra disponível em abundância para a produção de alimentos, de energia, ou mesmo para o crescimento das cidades.

Não é verdade. Um estudo realizado por pesquisadores e analistas da Embrapa avaliou o alcance territorial de medidas que destinam áreas à proteção ambiental ou ao uso exclusivo de populações minoritárias. Sua conclusão contraria o que parecia incontestável. O Brasil, em termos legais, possui menos disponibilidade de áreas do que se imagina para ocupação econômica urbana, industrial e agrícola. É esse o tema da matéria *O Alcance da Legislação Ambiental e Territorial*, publicado nas próximas páginas e assinado pelos investigadores envolvidos no trabalho.

Outro estudo – assim como o anterior apresentado no 7º Congresso Brasileiro de Agribusiness, promovido pela Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) em agosto último – trata de tema que vem ocupando espaço na mídia nacional e internacional e em fóruns mundiais voltados a discussões ou decisões de caráter econômico ou ambiental: as mudanças climáticas. Neste caso, os cenários de aumento global da temperatura são considerados sob a perspectiva dos seus impactos sobre culturas agrícolas de destaque no agronegócio brasileiro.

O estudo, coordenado por pesquisadores da Embrapa e da Unicamp, realizado com o apoio da Embaixada Britânica no Brasil, e traduzido no texto *Mudanças Climáticas na Agricultura*, também aqui publicado, se reconhece reflexos negativos das mudanças climáticas sobre a agricultura brasileira, também aponta caminhos para driblar a vulnerabilidade do setor. Esses caminhos passam, obrigatoriamente, pela continuidade dos investimentos em pesquisa agropecuária.

Ambos os textos nos colocam diante do desafio de observarmos a realidade sob novos olhares.

O ALCANCE DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

Evaristo Eduardo de Miranda¹

Osvaldo Tadatomo Oshiro²

Daniel de Castro Victoria³

Fabio Enrique Torresan⁴

Carlos Alberto de Carvalho⁵

1. Introdução

Qual a disponibilidade de terras para ampliar a produção de alimentos e energia para a reforma agrária, para o crescimento das cidades e a instalação de obras de infra-estrutura no Brasil? Para o cidadão comum, o País tem muita área disponível. Na realidade, não. Segundo pesquisa realizada pela Embrapa Monitoramento por Satélite (Campinas-SP), a rigor, em termos legais, apenas 7% do bioma Amazônia e 33% do País seriam passíveis de ocupação econômica urbana, industrial e agrícola. Talvez menos.

Nos últimos 15 anos, um número significativo de áreas foram destinadas à proteção ambiental e ao uso territorial exclusivo de populações minoritárias. Parte dessas iniciativas legais foi feita sem o conhecimento de seu real alcance territorial. A pesquisa avaliou, pela primeira vez, o alcance territorial dessa legislação em todo o país. Existe uma distância crescente entre legitimidade e legalidade no uso e ocupação das terras e os processos em curso apontam para um agravamento dos conflitos no futuro.

2. As áreas protegidas pela legislação ambiental e indigenista

Em primeiro lugar, a pesquisa mapeou e quantificou o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista com base em dados do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da Fundação Nacional do Índio (Funai). A pesquisa considerou todas as Unidades de Conservação (UCs) federais e estaduais criadas até junho de 2008. O inventário inclui tanto as de proteção integral quanto as de uso sustentável, onde é permitido o extrativismo, sem remoção da cobertura vegetal. Por questões de ausência de dados disponíveis, não foram incluídas UCs municipais, Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs), áreas militares ou outros tipos de unidades de ocupação restrita. Diante da ausência desses dados, o resultado final ainda subestima a extensão total das áreas protegidas.

As UCs e TIs somam cerca de 1.950.000 km², ou 46% do bioma Amazônia. No país, elas totalizam hoje cerca de 2.294.000 km², ou

